

Por Adriana Cotias e Liane Thedim

Para Evandro Bertho, da Nau Capital, a iniciativa do governo foi para não desvirtuar um produto de acumulação de poupança de longo prazo

A restrição imposta para fundos exclusivos e restritos de previdência é mais um lance de uma sequência de iniciativas do governo para barrar estratégias de planejamento tributário das famílias ultrarricas. Começou com o imposto semestral (o “come-cotas”), que já incidia em carteiras de renda fixa, multimercados e cambiais abertas, nos veículos fechados usados para gestão patrimonial. Junto com isso, vieram a taxaço de estruturas no exterior (“offshore”), e depois a limitação de lastro para emissões de letras e certificados de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI, CRI, LIG, LCA e CRA), que vinham provocando uma fuga para títulos isentos.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Valor Econômico, em 20.02.2024